

O DIREITO DE RETORNO PERIÓDICO DO TRABALHADOR MIGRANTE AO SEU LOCAL DE RESIDÊNCIA COMO PREVENÇÃO DO DESENRAIZAMENTO AFETIVO: UM EXEMPLO DE APLICAÇÃO DIRETA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ÀS RELAÇÕES PRIVADAS

THE PERIODIC RETURN OF THE RIGHTS OF MIGRANT WORKERS TO THEIR RESIDENCE AS A PREVENTION OF AFFECTIVE DEVELOPMENT: AN EXAMPLE OF DIRECT APPLICATION OF FUNDAMENTAL RIGHTS TO PRIVATE RELATIONS

Alexander Perazo Nunes de Carvalho;¹

Márlea Nobre da Costa Maciel.²

Resumo: Este artigo teve o propósito de verificar se os fluxos migratórios internos em busca de trabalho são aptos a causar sofrimento psicossocial ao trabalhador, seja devido às condições de trabalho, seja devido ao sentimento de desterritorialização e desenraizamento afetivo. Teve também a pretensão de apontar, como efetiva aplicação direta dos direitos fundamentais sobre as relações laborais privadas, o direito de retorno periódico do trabalhador ao seu local de residência, a cargo do empregador, como obrigação decorrente do pacto laboral. Para analisar o fenômeno, utilizou-se como base a pesquisa bibliográfica, por meio da análise de livros, artigos publicados em coletâneas e periódicos, normas nacionais e internacionais, entre outras fontes, que ilustrassem a presença do tema no contexto brasileiro, portanto, descritiva. A originalidade do artigo é atribuída à imposição ao empregador, negociada ou jurisprudencial, de custear o direito de visita do trabalhador ao seu local de residência, sob o viés dos direitos fundamentais e em harmonia com a saúde psicossocial deste, mesmo diante da real flexibilização das normas laborais. O ponto de reflexão surgido na conclusão mostrou a importância do direito de retorno periódico do trabalhador ao seu local de residência como meio de materializar o respeito a sua dignidade, a redução do sofrimento psíquico e do rompimento dos laços de sua origem, além de, principalmente, apontar que a imposição deste encargo ao empregador é um exemplo de

¹ Doutor (2013) e Mestre (2004) em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza, com área de concentração em Direito Privado. Graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará (1998). Professor do Mestrado Acadêmico da Unichristus. Professor de Graduação do Centro Universitário Christus (Unichristus), da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e da Faculdade Luciano Feijão (Sobral/Ce). Professor Visitante da Universidade Potiguar, em Natal/RN. Assessor Jurídico-Chefe da Procuradoria de Justiça Militar da União, em Fortaleza/Ce. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil e Direito do Consumidor, atuando principalmente nos seguintes temas: Civil - parte geral; obrigações; contratos; posse, propriedade privada, função socioambiental da propriedade, ecopropriedade e constitucionalização do direito privado.

² Mestranda em Processo e Direito ao Desenvolvimento pelo Centro Universitário Christus. Especialista em Trabalho e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário Christus. Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza. Advogada.

Artigo recebido em 29/11/2017 e aprovado para publicação em 03/04/2019.

aplicação horizontal dos direitos fundamentais de forma direta às relações privadas de trabalho.

Palavras-chave: Trabalhador Migrante. Retorno ao Local de Residência. Desterritorialização. Desenraizamento Afetivo. Aplicação Direta e horizontal dos Direitos Fundamentais.

Abstract: This article aimed to verify if the internal migratory flows in search of work are apt to cause psychosocial suffering to the worker, due to the working conditions, or due to the feeling of deterritorialization and affective uprooting. It also had the intention of pointing out, as an effective direct application of the fundamental rights over private labor relations, the worker's right to return to his place of residence periodically, as an obligation under the labor agreement. In order to analyze the phenomenon, bibliographic research was used as a basis, through the analysis of books, articles published in collections and periodicals, national and international norms, among other sources, to illustrate the presence of the theme in the Brazilian context, therefore, descriptive. The originality of the article is attributed to the employer's negotiated or jurisprudential imposition of the worker's right to visit his place of residence under the bias of fundamental rights and in harmony with his psychosocial health, even in the face of the real flexibility of the norms labor markets. The point of reflection that emerged in the conclusion showed the importance of the worker's right of return to his place of residence as a means of materializing respect for his dignity, reducing psychic suffering and breaking ties with his origin, to point out that the imposition of this burden on the employer is an example of horizontal application of fundamental rights directly to private employment relationships.

Keywords: Migrant worker. Return to Place of Residence. Desterritorialization. Affective rooting. Direct and horizontal application of Fundamental Rights.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre o direito periódico que o trabalhador em condições de deslocamento (migrante) tem de retornar com frequência ao seu local de residência, como um direito fundamental que deve ser efetivado diretamente em sua relação empregatícia. Geralmente, junto com a migração, surgem situações e condições de trabalho que podem colocar em risco os direitos fundamentais e a dignidade do trabalhador, o que motivou a necessidade também de abordar os conceitos de desterritorialização e desenraizamento nessa situação de deslocamento.

Ademais, a condição de migrante, e tudo o mais que nela é afeto, é capaz de causar impactos sobre a saúde do trabalhador, pois é sabido que, devido aos deslocamentos em busca de trabalho (em sua maioria trabalhos em condições mais precárias ou em regiões longínquas), os trabalhadores podem passar por processos de perda de identidade cultural e

afetiva. Daí a importância da temática em se defender a eficácia direta dos direitos fundamentais na relação de emprego, seja averiguando o que traz a legislação sobre a temática da migração interna, seja como os tribunais vem considerando o direito de visita periódica à família. Se se considera esse direito como um direito fundamental em que sua aplicação se dá de forma horizontalizada nas relações privadas de trabalho.

Em relação aos aspectos metodológicos, esta foi realizada por meio de uma ampla revisão bibliográfica e documental, inclusive legislação internacional e jurisprudência, se propondo a ser uma pesquisa exploratória. Segundo a abordagem, a pesquisa é considerada qualitativa. Em relação aos resultados da pesquisa, é pura, pois tem por fito ampliar os conhecimentos sobre a temática e não a resolução dos problemas apresentados em si.

2 TRABALHADOR E MIGRAÇÃO INTERNA: SOFRIMENTO PSÍQUICO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E DESENRAIZAMENTO AFETIVO

Não é objetivo desse trabalho levantar um memorial histórico acerca da migração interna no Brasil, principalmente aquela em decorrência da busca por emprego, pois seria necessário um diálogo com outras áreas de atuação e um levantamento de dados que foge ao escopo do estudo, nesse momento³. Mas, é certo que a transformação no país, de uma sociedade tipicamente agrária e rural para urbana e industrial, contribuiu para a transformação dessa mão de obra, e conseqüentemente para os deslocamentos e a migração interna, principalmente nas primeiras décadas do século XX⁴.

Assim, grandes centros de mercado e regiões que, sob o desígnio do desenvolvimento, emplacam grandes empreendimentos e obras de engenharia são realidades que atraem trabalhadores migrantes, representando um intenso fluxo de deslocamentos internos.

³ De acordo com Nitish, quando este aborda sobre o diálogo multidisciplinar, é necessário um rigor para além do conhecimento do Direito, como se vê: "Os trabalhos multidisciplinares são aqueles que as ciências jurídicas são estudadas e aplicadas juntamente com outras ciências, normalmente, sociais [...]. Contudo, torna-se problemática quando não há um método para tanto. Lamentavelmente, o jurista às vezes tem esse defeito de acreditar que o domínio do direito implica por extensão o das outras ciências sociais, e versa então sobre estas como se estivesse dentro da normalidade científica. [...]" MONEBHURRUN, Nitish. *Manual de metodologia jurídica: técnicas para argumentar em textos jurídicos*. São Paulo: Saraiva, 2015. P. 20-22.

⁴ BRAGA, Fernando Gomes. *Migração Interna e Urbanização no Brasil Contemporâneo: Um estudo da Rede de Localidades Centrais do Brasil (1980/2000)*. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/abep2006_573.pdf. Acesso em: 24 jun. 2017.

Há, inclusive, uma conceituação de migração interna sob a denominação de movimento⁵ pendular, que, dentre as possibilidades, a insere no âmbito do deslocamento fundado no mercado de trabalho. Dirceu Cutti⁶ (2016), afirma diante dessa realidade que são atraídos dois tipos de trabalhadores migrantes:

[...] os trabalhadores desqualificados, muitas vezes inseridos em áreas de mercado informal, e os profissionais muito qualificados que têm como destino tanto o segmento secundário do mercado de trabalho como o setor terciário de alta tecnologia. (CUTTI, 2016, n.p.)

Dessa forma, independentemente de se identificar qual tipo de trabalhador está em situação de deslocamento, ou que a realidade do mercado impulsiona esse movimento migratório, é importante que se leve em consideração que o desenvolvimento regional e nacional deve observar igualmente o desenvolvimento das liberdades subjetivas desses trabalhadores, principalmente porque podem estar presentes nessa migração violações dos direitos fundamentais.

Ora, a vida dos trabalhadores que servem de massa produtiva nesse mercado de trabalho ocasionador dos deslocamentos é um bem fundamental, e que pode ser compreendido como aquele cuja acessibilidade é garantida a todos e a cada um, justamente porque é objeto essencial de outros bens fundamentais, estando subtraídos à lógica do mercado⁷. Daí o seu precioso valor imaterial.

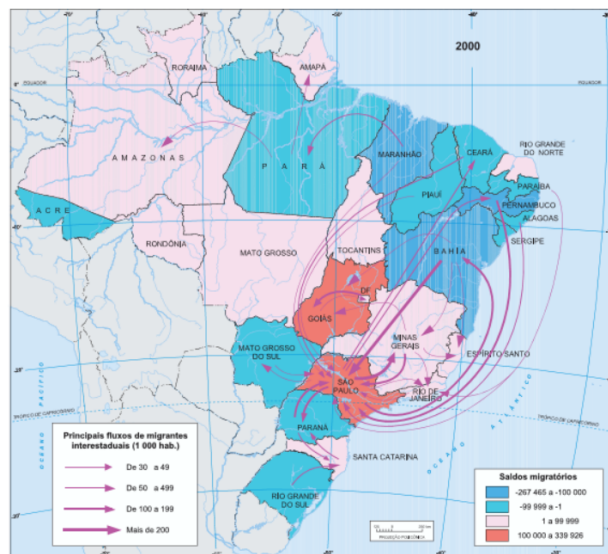
O censo de 2000 sobre os fluxos migratórios aponta essa realidade dos deslocamentos internos, conforme a imagem abaixo:

⁵ BRASIL (1). Poder Executivo. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=249781>. Acesso em: 24 jun. 2017.

⁶ CUTTI, Dirceu; BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho; PEREIRA, José Carlos (Org.). *Migração, trabalho e cidadania*. ePub Kindle. São Paulo: EDUC, 2016.

⁷ FERRAJOLI, Luigi. Por uma carta dos bens fundamentais. *Sequência*. n. 60. jul. 2010. p. 35. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2010v31n60p29/15066>. Acesso em: 30 jun. 2017.

Ilustração 1 – Mapa que apresenta os caminhos de entrada e saída dos fluxos migratórios apurados no ano 2000.



Fonte: IBGE - censo demográfico 2000⁸.

O mapa acima aponta que a realidade brasileira no tocante aos fluxos migratórios é intensa e que o Nordeste ainda é uma região de evasão demográfica em direção ao sudeste. Mas, recentemente, vê-se um movimento migratório para a região onde se encontram as construções de grandes obras, como Belo Monte, local de grande acúmulo de trabalhadores e apto a igual acúmulo de mazelas sociais e desenraizamento afetivo.

No tocante a essa migração para grandes obras, dados apontam que a população de Altamira/PA, que em 1991 era estimada em 72 mil habitantes, no ano 2013 passou dos 100 mil⁹. Vê-se que esta é uma crescente, pois o Censo 2010 mostrou que 35,4%¹⁰ da população brasileira não residia no município onde nasceu. Esses dados definem uma realidade que pode ser desagregadora, pois é capaz de causar uma desarticulação do modo de vida, da origem, da memória afetiva e da cultura para esses trabalhadores.

⁸ BRASIL (1). Poder Executivo. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2000: migração e deslocamento*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/migracao/tabela_regioes.shtm. Acesso em: 24 jun. 2017.

⁹ RIBEIRO, Aline; REDONDO, Felipe. Os nômades de belo monte. *Época*. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,EMI247824-15223,00.html>. Acesso em: 10 out. 2017.

¹⁰ BRASIL (1). Poder Executivo. *Vamos conhecer o brasil: migração*. Disponível em: <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/migracao-e-deslocamento.html>. Acesso em 24 jun. 2017.

Alfredo José Gonçalves¹¹ ao discorrer sobre as migrações internas afirma que:

As migrações costumam figurar como o lado visível de fenômenos invisíveis. Aparecem muitas vezes como a superfície agitada de correntes subterrâneas. Verdadeiros termômetros que, ao mesmo tempo, revelam e escondem transformações ocultas. Os grandes deslocamentos humanos, via de regra, precedem ou seguem mudanças profundas, seja do ponto de vista econômico e político, seja em termos sociais e culturais. Os maremotos históricos provocam ondas bravias que deslocam em massa populações e povos inteiros. Numa palavra, a mobilidade humana é em geral um sintoma de grandes transições. Quando ela se intensifica, algo ocorreu ou está para ocorrer, ou melhor, algo *está ocorrendo* nos bastidores da história [...] *Fatores como a crise econômica e o desemprego crescente, as transformações no mundo do trabalho e a precarização de suas relações* - entre outros - contribuem decisivamente tanto para o quadro de indigência que se amplia, quanto para os deslocamentos compulsórios da população pobre. (grifo nosso) (GONÇALVES, 2001, 173-174)

As colocações, acima, fazem nascer uma reflexão sobre as causas que levam o homem a migrar e os impactos que o deslocamento do ser humano de seu local de origem para outro, longe de seus pares e de sua identidade histórica e cultural, mesmo que temporária, pode causar. Certamente a busca por emprego é uma causa que motiva a migração e é geradora de impactos pessoais e sociais. Assim, muitas vezes, os deslocamentos fundados na busca pelo emprego, principalmente nos grandes empreendimentos de engenharia, resultam igualmente no grande volume de contratação de trabalhadores do sexo masculino¹², resultando em impactos¹³ não só na comunidade afetada por esta migração, mas também na vida de cada um desses trabalhadores em deslocamento. Nesta senda, patente que junto à migração pode estar atrelado ao trabalho precário, informal ou até mesmo em situação análoga à de escravo.

¹¹ GONÇALVES, Alfredo José. "Migrações internas: evoluções e desafios". In: *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300014. Acesso em: 30 jun. 2017.

¹² Essa patente contratação de trabalhadores do sexo masculino, que migrantes e "nômades" vagam de grandes obras em grandes obras, é apta a causar transformações sociais maléficas às comunidades do entorno da obra, conforme aponta André Aroeira Pacheco em entrevista sob o título Usina de Belo monte: "O licenciamento ambiental no Brasil precisa ser levado a sério". Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/550351-usina-de-belo-monte-o-licenciamento-ambiental-no-brasil-precisa-ser-levado-a-serio-entrevista-especial-com-andre-aroeira-pacheco>. Acesso em: 10 out. 2017.

¹³ Exemplifica-se ainda, como rescaldos sociais que a grande migração de trabalhadores do sexo masculino pode causar - caso não haja uma política de responsabilidade socioambiental - a construção do rodoanel. Sobre esse exemplo, importante mencionar dados: "[...] Líderes comunitários, moradores, funcionários da prefeitura e conselheiros tutelares afirmam que 'dezenas de mulheres' - muitas delas, adolescentes - engravidaram durante os três anos em que cerca de 4.000 operários permaneceram no local (em todo o trecho sul, foram 11 mil empregados diretos). 'Foram muitas crianças órfãs, porque o pai sumiu e retornou para seus familiares', diz Evaldo Carvalho, 43, líder comunitário do Parque Los Angeles". CASTRO, Cristina Moreno de; BRITO, Adriano. "Obras do Rodoanel deixam 'órfãos' na região do ABC". In: *Jornal Folha de São Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2407201101.htm>. Acesso em: 10 out. 2017.

Acerca desse trabalhador migrante menos qualificado e mais operacional, a realidade se apresenta mais cruel, tornando-se ele um alvo fácil a ser arregimentado para o trabalho em situação análoga a de escravo, o que pode aumentar o sofrimento psíquico. Sobre esse tema Patrícia Costa¹⁴ aponta que:

Normalmente o trabalhador escravizado é jovem, com idade superior a 16 anos e quando resgatado possui, em média, 31 anos. [...] A precária situação econômica pressiona a família que, sem condições de manter todos os membros, transforma a procura por trabalho em outros lugares uma necessidade. *Partir não resolve o problema, mas ficar também não ajuda, pois não há oferta de emprego suficiente* [...]. O trabalhador parte em busca de oportunidades de trabalho a fim de superar uma situação de penúria ou fome. Entretanto, ele também parte na esperança de ficar rico, para fugir de conflitos familiares, normalmente ocorridos com o pai, para manifestar a virilidade ou o companheirismo, pelo sonho de viver uma aventura em terras estranhas e pelo desejo de tornar-se o provedor de um lar. (grifo nosso) (COSTA, 2008, p.179)

Geralmente essas contratações são para vagas mais operacionais, com remuneração mais baixa, desenvolvidas num labor em condições precárias, num ambiente com pessoas oriundas de locais diferentes do país (com histórias e culturas diferentes), e que passam a viver em alojamentos ou moradias inadequadas, que agravam o processo do desenraizamento afetivo desse trabalhador, podendo afetar sua saúde psíquica. Esse desenraizamento do trabalhador de seu seio social, de sua família, de sua cultura, de sua identidade afetiva tem um efeito psíquico sobre ele. Hélia Borges e André Martins¹⁵ apontam que:

Podemos dizer que, em termos psíquicos, *o movimento migratório implica a noção de fragmentação de uma identidade*. Ao se deixar um território, necessariamente entra em jogo a perda dos referenciais conhecidos. O processo de separação gera uma experiência de desamparo que na maioria das vezes é vivida como abandono. (grifo nosso) (BORGES; MARTINS, 2004, p. 132)

De outro turno, mesmo que a situação da migração não seja em decorrência de trabalho mais mecânico e braçal, ainda assim, as grandes corporações e o mercado de trabalho exigem um perfil profissional que esteja sempre à disposição para responder às suas demandas, inclusive estar disponível para ser deslocado para outras unidades ou filiais, o que

¹⁴ COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. A construção da masculinidade e a banalidade do mal: outros aspectos do trabalho escravo contemporâneo. *Cadernos Pagu*. n. 31. 2008. p. 173-198. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83322008000200009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 jul. 2017.

¹⁵ BORGES, Hélia. MARTINS, André. Migração e Sofrimento Psíquico do Trabalhador da Construção Civil: uma Leitura Psicanalítica. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 14(1):129- 146, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v14n1/v14n1a08.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2017.

também faz com que esse profissional enfrente processo de desterritorialização e desenraizamento¹⁶¹⁷, o que ocasiona mazelas e sofrimento psíquico no trabalhador.

Assim, o viés desse estudo é pautado no bem estar e na saúde física e mental desse trabalhador que, ao deslocar-se do local de sua residência, de seu lar, de seu ambiente familiar afetivo e social, muitas vezes, para locais ermos ou de cultura regional distantes de sua realidade, pode vir a sofrer abalos em sua saúde e nas suas relações afetivas. Ainda, sobre os deslocamentos (pendulares) e a migração, Alfredo José Gonçalves¹⁸ aponta uma realidade que reforça o fundamento desse trabalho:

[...] os responsáveis pelas grandes obras, as empresas de construção civil, o trabalho doméstico e até os serviços em geral preferem, em não poucos casos, contratar a mão-de-obra temporária. Ela se adapta perfeitamente à oscilação da demanda nos setores apontados e, além disso, isenta a empresa dos encargos sociais mais onerosos e permanentes. É comum, nas regiões de origem, falar das mulheres como "viúvas de maridos vivos", as quais, na ausência dos homens, têm de assumir, além da casa, a busca da água e da lenha, bem como o trato do roçado. Quanto aos trabalhadores, em alojamentos provisórios e precários nos locais de destino, amargam em geral uma situação extremamente precária de vida e trabalho. (grifo nosso) (GONÇALVES, 2001, p.178)

Fazendo uma análise sobre a imposição pelo empregador da disponibilidade do deslocamento por parte do empregado para atender às necessidades da empresa, Daniele Almeida e Cristina Amélia¹⁹ apontam que:

Sujeito às constantes mobilidades e instabilidades profissionais, o trabalhador tem que estar "pronto" para ser deslocado para outras filiais da Organização, da qual faz parte, e enfrentar o custoso processo de desterritorialização e desenraizamento. Já não há um ambiente profissional que lhe seja tão familiar e enraizado, o que

¹⁶ DUARTE, Daniele Almeida; LUZIO, Cristina Amélia. *(Des) Territorialidade: caminhos percorridos por trabalhadores sujeitos ao processo migratório interno e sua relação subjetiva com o trabalho*. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/danielealmeidaduarteecristinaamelialuzio.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2017.

¹⁷ Ainda se utilizando das mesmas autoras, colaciona-se os conceitos que envolvem essa temática que certa o sofrimento psíquico do trabalhador. "[...] território não se refere apenas à dimensão concreta e material, mas também a um campo de forças, de relações de poder e social que se projeta no espaço. [...] O território pode assumir diversos significados [...] em sua dimensão simbólica, está repleto de significados afetivos [...] sentimentos de pertencimento, enraizamento e especificidade. [...] enraizamento [...] É um espaço, numa superfície territorial [...] que será enraizada a identidade do indivíduo - um direito fundamental e que está sendo esquecido [...]."

¹⁸ GONÇALVES, Alfredo José. "Migrações internas: evoluções e desafios". In: *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300014. Acesso em: 30 jun. 2017.

¹⁹ DUARTE, Daniele Almeida; LUZIO, Cristina Amélia. *(Des) Territorialidade: caminhos percorridos por trabalhadores sujeitos ao processo migratório interno e sua relação subjetiva com o trabalho*. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/danielealmeidaduarteecristinaamelialuzio.pdf>. Acesso em 29 jun. 2017.

interfere em sua íntima relação com o trabalho e o vínculo estabelecido com este e seus companheiros. (grifo nosso) (DUARTE, 2004, p. 4)

Dessa forma, e devido às violações, principalmente, de ordem subjetiva, que podem ser ocasionadas ao trabalhador, que é deslocado de seu meio social para laborar em outra cidade ou região, é que, se faz necessário um cuidado maior com o meio ambiente laboral em que este está inserido (para além da monetização do risco²⁰), havendo um esforço das empresas em desenvolver um melhor processo de adaptação a esse novo ambiente, bem como favorecer o diálogo interno²¹ com esses trabalhadores.

No entanto, além de ter acesso à emprego e renda, é importante que o trabalhador tenha a garantia de um meio ambiente laboral sadio, mas não apenas no aspecto da segurança e saúde do trabalho ou o pagamento correto de seus direitos laborais, mas de uma forma holística, em que tenha a oportunidade de ser ouvido, valorizado e que sua voz tenha força, inclusive quanto às suas experiências e o saber que traz consigo, o saber que os educadores chamam de “saber sensível”²².

2.1 LEGISLAÇÃO E MIGRAÇÃO

Com relação às normas que regem a política migratória, não se verifica uma legislação específica ao migrante interno, senão a necessária aplicação, de forma cabal, da legislação laboral, devendo ser observado que, conforme o art. 5º da CLT²³, “A todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo”. E, que, pelo princípio da territorialidade, aplicam-se ao trabalhador as normas coletivas na base territorial da prestação de serviço, e não do local da contratação.

²⁰ É preciso se ter em mente que não basta a monetização do risco, ou seja, aumentar a remuneração do trabalhador para compensar os riscos capazes de causar desgastes à saúde, como, a exemplo do pagamento dos adicionais de periculosidade, insalubridade, ou, até mesmo, do benefício da aposentadoria especial. É necessário cautela; é imperiosa a atenção para a redução das jornadas insalubres e perigosas, bem como o cuidado com as melhorias contínuas no ambiente laboral, visando à redução ou eliminação dos riscos, inclusive o sofrimento psíquico. OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. *Proteção jurídica à saúde do trabalhador*. 5. ed. São Paulo: Ltr, 2010. p. 129.

²¹ Favorecer espaços para que o trabalhador - organizado ou não - tenha direito a voz e vez em seu ambiente laboral.

²² De acordo com o professor João Francisco Duarte Júnior, o saber sensível é aquele “... indicativo de tudo o que foi apreendido pelo nosso corpo de modo direto, sensível, sem passar pelos meandros do pensamento e da reflexão...”. DUARTE JUNIOR, João Francisco. O sentido dos sentidos: a educação (do) sensível. In: *Biblioteca Digital da Unicamp*. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000211363>. Acesso em: fev. 2017.

²³ BRASIL (2). Poder Legislativo. Consolidação das leis do trabalho. AGUIRRE, João Ricardo B.; TÁVORA, Nestor (Coord.). *Vade mecum legislação*. São Paulo: Método, 2014.

Verificou-se ainda um regramento que toca ao assunto migração que o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção, firmado em 1º de março de 2012, que:

[...] tem como objetivo aprimorar as condições de trabalho nos canteiros de obras do país. Suas diretrizes são fruto de intensas negociações ocorridas entre o governo federal - sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, e as entidades representativas de empresários e empregados do setor da construção.

Ao longo de dezoito reuniões e três plenárias – iniciadas em março e concluídas em dezembro de 2011 -, foram definidos e acordados os termos que resultaram no Compromisso, reunindo *diretrizes sobre recrutamento e seleção; formação e qualificação profissional; saúde e segurança; representação sindical no local de trabalho; condições de trabalho, e relações com a comunidade*. Merecem destaque os avanços que representam os mecanismos de estímulo à formalização contratual e o fortalecimento do Sine, a implementação de comitês de saúde e segurança e a adoção de representantes sindicais nas obras, entre outras iniciativas.

Para acompanhar o Compromisso Nacional, foi criada a Mesa Nacional Permanente para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção, que tem caráter tripartite (com representantes do governo federal, setor empresarial e centrais sindicais), e é coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego. Além de funcionar como um espaço permanente de discussão entre as partes envolvidas, a Mesa também tem a incumbência de receber e divulgar as adesões ao Compromisso.²⁴ (grifo nosso) (BRASIL, 2012, n.p.)

Esse Compromisso, em que pese ser recente, e, provavelmente ter servido aos interesses em decorrência da Copa do Mundo de 2014, mostra a preocupação com a realização de pactos e acordos de adesão que visam a proteção do trabalhador e sua relação com a comunidade.

No tocante ao trabalhador migrante e aos fluxos migratórios internacionais, o Ministério do Trabalho e Emprego elaborou a proposta de “Política Nacional de Imigração e Proteção ao Trabalhador Migrante”, aprovada em maio de 2010 pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que traz em seu bojo a finalidade, qual seja:

A “Política Nacional de Imigração e Proteção ao Trabalhador Migrante” tem por finalidade estabelecer princípios, diretrizes, estratégias e ações em relação aos fluxos migratórios internacionais, com vistas a orientar as entidades e órgãos brasileiros na atuação vinculada ao fenômeno migratório, a contribuir para a promoção e proteção dos Direitos Humanos dos migrantes e a incrementar os vínculos das migrações com o Desenvolvimento. [...] Para os fins desta política considera-se Desenvolvimento o processo econômico, social, ambiental, cultural e político abrangente, que visa o constante incremento do bem-estar de toda a população com base em sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na distribuição justa dos benefícios daí resultantes. O direito ao

²⁴ BRASIL (1). Poder Executivo. Secretaria de Governo. *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção*. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/compromissos-nacionais/construcao>. Acesso em: 01 jul. 2017.

desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual toda pessoa humana e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, ambiental, cultural e político, a ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados [...]. A “Política Nacional de Imigração e Proteção ao Trabalhador Migrante” é coerente, articulada e integrada com as Políticas e Planos Nacionais já existentes, a exemplo da Política Nacional de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas (Decreto nº 5.948/2006), do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR) (Decreto nº 6.872/2009), do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) (Decreto nº 7.037/2009) e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.²⁵ (BRASIL, 2010, n.p.)

Há que se registrar, como política de proteção ao trabalhador migrante, notadamente, a migração internacional, os ditames da Convenção nº 97 da OIT, ratificada pelo Brasil, que dispõe sobre as condições de trabalho e vida desse trabalhador, privilegiando o fortalecimento de vínculos familiares, o cuidado com a previdência social, dentre outros; e a Convenção nº 19, que versa sobre igualdade de tratamento nas indenizações por acidente de trabalho entre trabalhadores nacionais e estrangeiros. A Convenção nº 143 (porém não ratificada pelo Brasil) versa sobre as Imigrações Efetuadas em Condições Abusivas e Sobre a Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento dos Trabalhadores Migrantes, sendo um importante instrumento de proteção dos direitos humanos dos trabalhadores e empregados.

E, a Convenção sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de Sua Família, que é uma das mais importantes convenções sobre direito humanos da ONU, mas ainda não foi ratificada pelo Brasil, em que pese esse empenho²⁶ para a ratificação tenha sido registrado pela Relatora da ONU para Formas de Escravidão Contemporânea, Gulnara Shahinian em uma audiência pública ocorrida no Brasil em 2012.

Desta feita, verifica-se que o Brasil ainda caminha timidamente na proteção do trabalhador migrante interno, devendo ampliar essa temática nas discussões que desencadeiam em produção legislativa ou na condução das políticas públicas. Portanto, se o trabalho é o meio de inclusão social do trabalhador e de sua família, os direitos fundamentais relacionados à relação laboral devem ser respeitados, sendo a saúde e o meio ambiente do trabalho um exemplo deles²⁷.

²⁵ BRASIL (1). Poder Executivo. Ministério do Trabalho e Emprego. *Política Nacional de Imigração e Proteção ao(a) Trabalhador(a) Migrante*. Disponível em: http://www2.mte.gov.br/politicamigrante/imigracao_proposta.pdf. Acesso em: 01 jul. 2017.

²⁶ ONG REPORTER BRASIL. *Relatora da ONU defende que Brasil ratifique convenção sobre trabalhadores migrantes*. Blog Repórter Brasil. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2012/11/relatora-da-onu-defende-que-brasil-ratifique-convencao-sobre-trabalhadores-migrantes>. Acesso em: 01 jul. 2017.

²⁷ Art. 200, II e VIII da CF/88.

3 O DIREITO DE RETORNO PERIÓDICO AO LOCAL DE RESIDÊNCIA: UM DIREITO FUNDAMENTAL DO TRABALHADOR MIGRANTE

Ante ao exposto, um dos elementos fundamentais para minimizar as mazelas socioambientais e de adoecimento psíquico do trabalhador é a possibilidade de retorno periódico ao seu local de residência, a fim de manter fortalecidos os laços afetivos e emocionais, e assim, reduzir os processos de desterritorialização e desenraizamento.

Cumpra registrar que o art. 10²⁸ da Convenção 97 da OIT prevê que o empregado migrante desempregado tem direito de retornar ao local onde foi recrutado, o que não se confunde com o retorno periódico ao local de residência. Para tanto, fez-se uma breve consulta jurisprudencial a fim de verificar se há demandas judiciais requerendo esse direito pelos empregados, ou como o direito de retorno periódico é levado em consideração pelos juízes em suas sentenças:

Julgado 1 – Decisão que considerou, no momento de deferir o pagamento do adicional de transferência provisória, a importância principiológica moral e fundamental do direito do empregado ao convívio familiar:

TRANSFERÊNCIA PROVISÓRIA. ADICIONAL PREVISTO NO ART. 469, § 3º DA CLT. DEVIDO. Verificado nos autos que o autor foi transferido em caráter provisório para prestar serviços em outro estado da federação, devido é o adicional de transferência, sendo irrelevante que o empregador tenha custeado as despesas com passagens, alimentação e moradia, uma vez *que o adicional não objetiva somente a compensação dos gastos materiais decorrentes da transferência, mas também dos seus aspectos desfavoráveis de cunho imaterial, in casu nitidamente caracterizados pela quebra do convívio familiar do empregado*. Recurso conhecido e desprovido.²⁹

²⁸ Art. 10 da Convenção 97 da OIT: Se a autoridade competente do território de imigração considerar que o emprego para o qual o migrante foi recrutado em conformidade com o art. 2 do presente anexo se tornou inadequado, deverá tomar as devidas providências para auxiliá-lo a conseguir um emprego conveniente que não prejudique os trabalhadores nacionais, e deverá adotar disposições que garantam sua manutenção enquanto aguarda outro emprego, sua volta à região onde foi recrutado, se o migrante estiver de acordo ou tiver aceitado o regresso nessas condições ao ser recrutado, ou sua fixação noutro local. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção n. 97*. Disponível em: < <http://www.oitbrasil.org.br/node/523>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

²⁹ BRASIL (3). Poder Judiciário. Tribunal Regional do trabalho (10. Região). *Recurso ordinário n. 00693201300310008 DF* (00693-2013-003-10-00-8 RO). Recorrente: Telemont Engenharia de Telecomunicações S/A. Recorrido: Hermogenes Moraes Carneiro. Relator: Desembargador Juiz Francisco Luciano de Azevedo Frota. Brasília, 02 de julho de 2014. Disponível em: <<https://trt-10.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/127068527/recurso-ordinario-ro-693201300310008-df-00693-2013-003-10-00-8-ro/inteiro-teor-127068536>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

Julgado 2 – A demanda desse julgado teve como um dos objetos a revisão da cláusula de norma coletiva que delimitava um longo espaço entre uma folga e outra para que o empregado pudesse retornar à sua residência. A Decisão que apreciou o dissídio coletivo deferiu a alteração da cláusula e fundamentou na importância da visita regular à família como um direito fundamental dos empregados:

1. DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE E DE NATUREZA ECONÔMICA INSTAURADO PELO SINDICATO DA CATEGORIA PROFISSIONAL. Trata-se de dissídio coletivo de greve ajuizado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada e Afins do Estado do Pará-SINTRAPAV em face do Consórcio Construtor Belo Monte. *O dissídio coletivo foi instaurado pela categoria profissional em busca do reajuste da parcela "Cesta Básica/Vale Alimentação" e a redução do prazo para concessão da "Folga para visita à Família", benefícios previstos, respectivamente, nas Cláusulas 13ª e 40ª do acordo coletivo em vigor na data da greve e do ajuizamento da ação.* O Sindicato da categoria profissional sustentou que a deflagração da greve e o ajuizamento do dissídio coletivo *foram motivados pela superveniência de fatos novos que modificaram substancialmente as condições de trabalho originalmente firmadas, notadamente o abrupto acréscimo no número de trabalhadores nos canteiros e acampamentos das obras da Usina de Belo Monte - circunstância que teria fomentado sérios problemas de ordem econômica e social.* [...]. 2. DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE E DE NATUREZA ECONÔMICA. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - VISITA À FAMÍLIA/FOLGA DE CAMPO. Em relação à "Cláusula 40ª - Visita à Família - Folga de Campo", o órgão a quo decidiu, por equidade, que o benefício deveria ser modificado e adequado, de modo a conferir certa isonomia de tratamento aos trabalhadores da Usina de Belo Monte em relação aos operários das Usinas de Santo Antônio e Jirau, que, em situações de labor praticamente idênticas, angariaram tal benefício em padrões flagrantemente melhores. Essa decisão também foi apoiada na Teoria da Imprevisão (cláusula "rebus sic stantibus"), por ter sido comprovado nos autos que houve uma mudança substantiva nas condições fáticas vivenciadas pela categoria profissional. *Foi constatada, inclusive, a piora das condições de saúde nos canteiros de obras da usina, [...].* Nesse contexto, fundamenta a aplicação da cláusula heterônoma fixada a incidência analógica dos arts. 873 e 874 da CLT, que preveem a possibilidade de revisão das decisões que fixarem condições de trabalho, quando se tiverem modificado as circunstâncias que as ditaram, de modo que tais condições se hajam tornado injustas ou inaplicáveis, e a aplicação da diretriz excetiva denominada "rebus sic stantibus", subjacente ao art. 14, parágrafo único, inciso II, da Lei 7.783/89, que descaracteriza o abuso da greve deflagrada na vigência de norma coletiva, quando motivada pela superveniência de fatos novos ou acontecimento imprevisto que modifique substancialmente a relação de trabalho. [...]. *Sabe-se que os princípios constitucionais têm eficácia jurídica, inclusive horizontal, e, conquanto tais preceitos reproduzam pressupostos ideológicos, não se afasta deles a força normativa, inerente à Constituição como um todo.* [...]. Por tudo isso, considerando todos os aspectos fáticos que envolvem a situação, os valores jurídicos em contraponto e a necessidade de adequação da decisão judicial frente às particularidades da lide, *conclui-se que a sentença normativa proferida pelo TRT deve ser mantida em relação à cláusula "Folga para visita à família", [...].*

VOTO

[...]

5.3) CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - VISITA À FAMÍLIA/FOLGA DE CAMPO.

[...] Inúmeros noticiários na rede mundial de computadores dão conta que a população de Altamira (Pa) cresceu significativamente a partir do início das obras da usina de Belo Monte, constando registros de que passou de aproximadamente

100.000 (cem mil) habitantes, em 2010, para algo em torno de 143.000 (cento e quarenta e três mil) a 148.000 (cento e quarenta e oito mil) em 2012.

[...]

Dos documentos apresentados pelo sindicato ressalto, apenas, que a relação de trabalhadores alojados no canteiro de obras da UHBM fornecida pela empresa CCBM, a pedido do sindicato autor, seve para corroborar ainda mais o fato ensejador da revisão das cláusulas, uma vez que registra que, atualmente, ficam alojados 7.557 (sete mil quinhentos e cinquenta e sete) trabalhadores.

[...]

Apreciando-se a questão a partir de todos os fatos aqui sumariamente relatados, conclui-se que a permanência dos trabalhadores nos alojamentos construídos nos canteiros de obras, por 6 (seis) longos meses durante o ano, sem qualquer contato com seus familiares e amigos estranhos ao relacionamento profissional, ofende ao princípio da dignidade do ser humano e depõe contra um dos fundamentos principais do Direito do Trabalho, de possibilitar a implementação de condições sociais dignas que assegurem a saúde física e mental do trabalhador.

As atividades sociais oferecidas nesses alojamentos não são capazes de mitigar a importância social do convívio com a família. O afastamento dessa convivência e a submissão à intensa carga de trabalho, além de causar maiores repercussões sociais ao município e redondezas, é passível de afetar a saúde psíquica dos trabalhadores e de suas famílias, causando-lhes abalos de ordem moral, por sentimentos de angústia, sofrimento e depressão.

Em conclusão, em homenagem aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho (artigo 1º, III, 6º e 7º da CR/88), julga-se procedente o pedido de redução de tempo que medeia entre as folgas ("baixadas") de 6 (seis) meses para 3 (três) meses, a fim de garantir condições dignas aos trabalhadores da Usina Belo Monte. [...] (TST - RO: 2689020125080000, Relator: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 11/05/2015, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Data de Publicação: DEJT 12/06/2015)³⁰ (grifo nosso e no original)

Ante ao que se verificou, a jurisprudência tem se seguido no sentido de considerar o direito de visita periódica ao local de residência do empregado como um direito fundamental aplicado horizontalmente às relações de emprego. Verificou-se ainda, quanto às transferências temporárias, que as despesas para que o empregado possa visitar periodicamente a família estão inseridas no conteúdo do adicional de transferência temporária constante do parágrafo terceiro do art. 469 da CLT.

Quanto aos empregados recrutados para trabalhar em outros locais, além do conteúdo do art. 10 da Convenção 97 da OIT que garante ser um direito fundamental do empregado ao final de seu emprego poder, sem ônus para si, retornar ao seu local de origem, também se verificou exemplo em norma coletiva. O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) pactuado entre

³⁰ BRASIL (3). Poder Judiciário. Tribunal Superior do Trabalho. *Recurso ordinário trabalhista n. 2689020125080000* (TST RO-268-90.2012.5.08.0000). Recorrente: Consórcio Construtor Belo Monte. Recorrido: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada e Afins do Estado do Pará. Relator: Ministro Mauricio Godinho Delgado. Brasília, 11 de maio de 2015. Disponível em: <https://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/198005767/recurso-ordinario-trabalhista-ro2689020125080000/inteiro-teor-198005784#>. Acesso em: 30 jun. 2017.

o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada e Afins do Estado do Pará (SINTRAPAV) e o Consórcio Construtor Belo Monte previu no parágrafo terceiro da cláusula trigésima nona que as despesas com deslocamento dos empregados para visita periódica à família serão custeadas pelo próprio empregador:

LICENÇA REMUNERADA CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - VISITA À FAMÍLIA / FOLGA DE CAMPO Ao Empregado recrutado diretamente pelo CONSÓRCIO em distância superior a 250km (duzentos e cinquenta quilômetros) fora do local do trabalho, transportado por conta do CONSÓRCIO para o local de prestação de serviço, e estando na condição de alojado, será concedida folga de 5 (cinco) dias úteis remunerados, totalizando 9 dias corridos, computados os finais de semana que antecedem e sucedem a folga de 5 (cinco) dias, a cada período de 90 (noventa) dias efetivamente trabalhados. Este benefício tem por objetivo, único e exclusivo, possibilitar ao empregado visitar seus familiares no local de origem, assim entendido o local onde foi originalmente recrutado, desde que firmada essa condição no ato da contratação com assinatura das partes (CONSÓRCIO e Empregado).

[...]

Parágrafo Terceiro: As despesas de transporte e alimentação serão custeadas pelo CONSÓRCIO, sendo que para as distâncias até 750 Km de Altamira, o empregado terá direito a passagem rodoviária; para as distâncias superiores a 750 Km de Altamira, prioritariamente e sempre que houver disponibilidade de assentos pelas empresas aéreas, será concedida passagem aérea.³¹ (grifo nosso)

A norma coletiva aqui colacionada reforça a necessidade de auto-organização dos empregados a fim de fazer com que os direitos fundamentais sejam respeitados por seus empregadores, representando um instrumento de aplicação horizontal dos direitos fundamentais nas relações de privadas.

4 DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS: APLICAÇÃO DIRETA E EFICÁCIA HORIZONTAL NAS RELAÇÕES DE EMPREGO

Diante do que foi exposto até o presente, vê-se que se faz necessária à aplicação dos direitos fundamentais às relações privadas, e, conforme objeto do presente estudo, às relações de emprego (direito fundamental social), sob pena de se ferir a dignidade do trabalhador. Dessa forma, não há como se falar em desenvolvimento econômico (e de mercado) sem igualmente se falar de desenvolvimento social.

A Constituição Federal de 1988 materializou a busca da justiça social dentro de um modelo econômico de bem-estar social³², e, isso, resta claro, por exemplo, pelo teor dos

³¹ SINTRAPAV. *Acordo coletivo de trabalho* 2015/2016. Disponível em: <http://www.sintrapav.org.br/convencoes/>. Acesso em: 01 jul. 2017.

³² Embora o Estado do bem-estar social seja um Estado que, obviamente, promova a intervenção, não é caracterizado por qualquer intervenção, mas, antes, por uma modalidade qualificada dela, qualificada exatamente pela busca de um bem estar com prestações positivas do Estado nesse sentido. Esse, pois, o "Estado

artigos 3º e 170. Assim, ao mesmo tempo em que há o estímulo à livre iniciativa, como motora do desenvolvimento do país, também há a necessária observação da valorização do trabalho e do trabalhador, como condição desse desenvolvimento. Ou seja, o desenvolvimento econômico deve estar atrelado à melhoria de vida e das liberdades que as pessoas desfrutam, e que foram conquistadas à custa de muita luta ao longo da história.

Desta feita, tendo o Estado como agente nessa garantia dos direitos fundamentais, verifica-se a materialização da eficácia vertical dos direitos fundamentais, seja em uma abstenção, em uma ação ou na promoção dos direitos metaindividuais. Uma vinculação do Estado aos direitos fundamentais em que os particulares podem exigir-los diretamente deste.

A vinculação ou equilíbrio entre livre iniciativa (desenvolvimento econômico) e a valorização do trabalho (desenvolvimento social) insculpida na Constituição é um exemplo de atuação (ação) positiva do Estado na efetivação dos direitos fundamentais.

Alexander Perazo³³ (2015) afirma que:

[...] de há muito se percebe que os direitos fundamentais atuam como uma limitação à atuação dos governantes em relação aos governados, em uma nítida relação vertical entre o Estado e o indivíduo, seja por meio de uma abstenção estatal (direitos de primeira dimensão), uma ação (segunda dimensão) ou em favor dos metaindividuais (direitos de terceira dimensão). Não por outra razão, os direitos fundamentais podem não ser exercidos, porém nunca renunciados, pois historicidade, universalidade, inalienabilidade, imprescritibilidade e a própria irrenunciabilidade são características determinantes dos ditos direitos fundamentais. (CARVALHO; LIMA, 2015, p.12)

Porém, é necessário que se crie, em torno do trabalhador, uma teia de proteção em que haja uma correlação entre as normas trabalhistas, paz e justiça social. E isso não é contrário ao desenvolvimento econômico. Em relação ao Estado, patente a eficácia vertical, mas esta não é bastante para a garantia do respeito aos direitos fundamentais quando pode haver lesão perpetrada entre um particular e outro.

O que se tem que ter em mente é que o progresso econômico não pode estar dissociado do exercício da cidadania, da dignidade, ou seja, do gozo dos direitos fundamentais. “Sem trabalho não há cidadania. Sem trabalho, não existe crescimento

social”, cuja intervenção é admitida, sobretudo com finalidades qualificadas. TAVARES, André Ramos. *Direito constitucional econômico*. 2. ed. São Paulo: Método, 2006. p. 46.

³³ CARVALHO, Alexander Perazo Nunes de; LIMA, Renata Albuquerque. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais. *Opinião Jurídica*. ano 13. n. 17. jan/dez. 2015. p. 11-23. Disponível em: <http://periodicos.unichristus.edu.br/index.php/opiniaojuridica/article/view/469>. Acesso em: 20 jun. 2017.

econômico [...].”³⁴ Rodolfo de Aquino e Ana Paula Motta³⁵ sobre a relação do desenvolvimento com a valorização do trabalho humano asseveram:

Dessa monta se corroborara por completo para a soberania nacional uma vez que o país se desenvolve de modo sustentável e igualitário, respeitando a propriedade privada, sua função social e a livre concorrência, bem como protege os interesses do trabalhador que se comporta como consumidor, que busca plenas condições de emprego que ocupa, reduzindo as desigualdades sociais, oferecendo meio ambiente de qualidade a todos, onde se possa efetivamente repousar o ser humano revestido de uma digna existência. (AQUINO; MOTTA, 2019)

Nesse sentido, não basta mais à efetivação dos direitos fundamentais sua aplicação vertical, pois estas já consolidadas e fortalecidas ao longo das dimensões que foram se aperfeiçoando. Passou a ser necessário que as regras e os direitos constitucionais passassem a ser aplicados como reguladores das relações privadas. A chamada eficácia horizontal dos direitos fundamentais, ou eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas, decorre da percepção que as desigualdades estruturantes³⁶ e não ocorre apenas na relação entre o Estado e os particulares, mas também entre os próprios particulares.

Assim, a livre iniciativa, ou seja, o livre comércio exercido mediante o direito de propriedade, deve atender à sua função social. Nesta senda, o empregador no gozo de seus direitos (art. 2º da CLT) deve igualmente ter o dever de respeitar os direitos fundamentais de seus empregados. Tal afirmação vai ao encontro da visão que a propriedade privada deve cumprir sua função social.

Ana Paula Tauceda Branco³⁷ afirma que:

[...] na mesma medida em que é garantido o direito de propriedade ao indivíduo ou organização (inciso XXII do art. 5º), também se exige que ele cumpra com sua função social (inciso VII do art. 5º), ou seja, que referida propriedade privada seja um instrumento em prol do bem comum na visão mais holística possível [...]. (BRANCO, 2007, p. 77)

³⁴ ARAÚJO, Eneida Melo Correia de. *As relações de trabalho: uma perspectiva democrática*. São Paulo: Ltr, 2003. p. 184.

³⁵ AQUINO, Rodolfo Anderson Bueno de; MOTTA, Ana Paula Pinheiro. *Função social da empresa como proteção à dignidade da pessoa humana*. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=91a448039265fc4a>. Acesso em: 19 ago. 2014.

³⁶ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais na relação de emprego. *Revista Brasileira de Direito Constitucional - RBDC*. n. 17. Jan./jun. 2011. p. 36. Disponível em: <http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-17/RBDC-17-033> Artigo_Carlos_Henrique_Bezerra_Leite_(Eficacia_Horizontal_dos_Direitos_Fundamentais_na_relacao_de_Em_prego).pdf. Acesso em: 01 jun. 2017.

³⁷ BRANCO, Ana Paula Tauceda. *A colisão de princípios constitucionais no direito do trabalho*. São Paulo: Ltr, 2007, p.77.

A propriedade e a sua função social fazem com que o proprietário, ao superar uma visão individualista, exerçam seu direito de explorá-la, sem excessos ou abuso. A função social deve ser usufruída e gozada em consonância com o respeito à dignidade da pessoa humana, na valorização do trabalho humano e o desenvolvimento social. Daí a relação entre empregador e empregado ser pautada na aplicação direta³⁸ dos direitos fundamentais, pois aquele detém o poder de dirigir, coordenar, assalariar a relação empregatícia, e o empregado, em contraprestação, só tem a sua força de trabalho. Portanto, no caso de lesão ao empregado, a reparação deve ser realizada pelo próprio empregador, e não pelo Estado.

Acerca do efeito imediato, Arion Romita³⁹ afirma que:

A teoria do efeito imediato afirma que os direitos fundamentais se aplicam às relações entre particulares não só como elementos de interpretação das normas de direito privado, mas também como fontes das quais decorrem diretamente direitos privados do indivíduo. Inadmissível é a cisão do ordenamento jurídico em duas áreas, em uma das quais os direitos fundamentais não tenham eficácia. Na verdade, eles devem ter efeito absoluto. (grifo nosso) (ROMITA, 2005, p. 78)

Ao se defender a tese da aplicação direta e imediata, não se quer dizer que ela deve ser aplicada de forma absoluta e sem levar em consideração que a livre iniciativa também é um direito constitucional que deve ser preservado. Há que se preservar a autonomia privada, mas esta não pode ser dissociada de sua função social. O que se defende, é que, nas relações privadas, os direitos fundamentais não devem ser apenas considerados como fontes valorativas para que o legislador venha a produzir norma para fazer com que estes valham e sejam aplicados, a chamada aplicação indireta⁴⁰.

Dessa forma, patente a necessidade de se efetivar e se defender a eficácia dos direitos fundamentais nas relações de emprego, pois, como dito, os direitos fundamentais não são

³⁸ Daniel Sarmiento informa que a teoria de aplicação direta dos direitos fundamentais nas relações privadas foi defendida por Hans Carl Nipperdey na década de 50 e que este teórico justifica sua defesa na afirmação de que os perigos que ameaçam os direitos fundamentais não provêm apenas do estado, mas dos poderes sociais e de terceiros. SARMENTO, Daniel; GOMES, Fábio Rodrigues. A eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares: o caso das relações de trabalho. *JusLaboris. Revista do TST*. v. 44. n. 4, p. 60-101. Out./dez. 2011. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/1939/28342>. Acesso em 01 jul. 2017. p. 71.

³⁹ ROMITA, Arion Sayão. *Direitos Fundamentais nas Relações de Trabalho*. São Paulo: Ltr, 2005, p. 178.

⁴⁰ Acerca da aplicação indireta, Daniel Sarmiento informa que esta teoria "[...] foi desenvolvida originariamente na doutrina alemã por Günter Dürig, em obra publicada em 1956, e tornou-se a concepção dominante no direito germânico [...]. nega a possibilidade de aplicação direta dos direitos fundamentais nas relações privadas porque, segundo seus adeptos, esta incidência acabaria exterminando a autonomia da vontade, e desfigurando o Direito Privado, ao convertê-lo numa mera concretização do Direito Constitucional. [...]". SARMENTO, Daniel; GOMES, Fábio Rodrigues. A eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares: o caso das relações de trabalho. *JusLaboris. Revista do TST*. v. 44. n. 4, p. 60-101. Out./dez. 2011. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/1939/28342>. Acesso em: 01 jul. 2017. p. 66-67.

aplicados apenas como limitadores de atuação do Estado, sua irradiação aplica-se a todos. Silvio Beltramelli Neto⁴¹ traz ponderações sobre a necessária observação pelos particulares dos direitos fundamentais:

A aptidão dos direitos fundamentais sociais para obrigar sujeitos na esfera privada destoa da visão recorrente segundo a qual os direitos fundamentais foram concebidos para serem oponíveis ao Estado, como dever de abstenção ou prestação. Demais disso, traz uma peculiaridade que acaba sendo de importância central, do ponto de vista da solução de casos concretos: ao contrário da relação Estado-particular, o conflito entre particulares opõe, diretamente, dois sujeitos de direitos fundamentais, propiciando, bem por isso, corriqueiras colisões de normas deste tipo, dentro de uma mesma situação-problema. (BELTRAMELLI NETO, 2013, p. 197)

Ora, justamente, por haver a necessidade de respeito aos direitos de cada um dos sujeitos é que deve haver a vinculação desses sujeitos particulares aos direitos fundamentais, e isso se traduz em uma evolução dos direitos, das suas dimensões. Sob essa ótica, também não se fala apenas da garantia do mínimo existencial ao homem, mas da garantia de direitos progressivamente mais vastos, como assevera Clèmerson Merlin Clève⁴²:

Os direitos sociais não têm a finalidade de dar ao brasileiro apenas o mínimo. Ao contrário, eles reclamam um horizonte eficaz progressivamente mais vasto, dependendo isso apenas do comprometimento da sociedade e do governo e da riqueza produzida pelo país. Aponta a Constituição, portanto, para a ideia de máximo, mas de máximo possível (o problema da possibilidade) [...]. (CLÈVE, 2003, p. 160)

A propriedade deve coexistir com desenvolvimento social. E é nesse contexto que deve ser observado a necessária eficácia horizontal dos direitos fundamentais nas relações privadas, destacada aqui nesse estudo, nas relações empregatícias.

5 CONCLUSÃO

Ante a todo o exposto, resta comprovada a importância que o direito de retorno periódico do trabalhador migrante ao seu local de residência tem relação com sua dignidade

⁴¹ BELTRAMELLI NETO, Silvio. *Aplicação dos direitos fundamentais sociais*: apontamentos metodológicos. In: MIESSA, Élisson; CORREIA, Henrique (Org.). *Estudos aprofundados MPT: ministério público do trabalho*. 2. ed. Salvador: JusPODIVM, 2013, p.197.

⁴² CLÈVE, Clèmerson Merlin. "A eficácia dos direitos fundamentais sociais". In: *Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União*, v. 8, p. 151-161, 2003. Disponível em: http://boletimcientifico.escola.mpu.mp.br/boletins/boletim-cientifico-n.-8-2013-julho-setembro-de-2003/a-eficacia-dos-direitos-fundamentais-sociais/at_download/file. Acesso em: 19 ago. 2014.

sendo, portanto, reconhecido como um direito fundamental apto a reduzir o sofrimento psíquico, a desterritorialização e o desenraizamento afetivo, bem como fortalecer seus laços de identidade cultural e seu modo de vida.

Tal direito tem também o condão de minimizar os impactos socioambientais que um grande volume de trabalhadores migrantes do sexo masculino pode causar à comunidade afetada por essa migração. Pois o retorno periódico reforma o pertencimento à sua família e ao seu meio social. Portanto, sendo de aplicação direta, fundado na eficácia horizontal dos direitos fundamentais sobre a relação privada laboral, refutando-se a teoria da aplicação indireta, e ressaltando que há que haver um equilíbrio entre livre iniciativa (propriedade privada) e valorização do trabalho (direito social fundamental).

No tocante à legislação que aborda a migração interna, restou claro que o Brasil caminha a passos lentos, e, mesmo tendo ratificado algumas convenções da OIT, deixou de fazê-lo em relação uma das mais importantes, a Convenção da ONU sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de Sua Família.

Por fim, quanto ao objeto do presente estudo – direito de retorno periódico ao local de residência do trabalhador migrante –, viu-se que as decisões judiciais seguem no caminho de considerá-lo como um direito imaterial pertencente ao conteúdo dos direitos fundamentais a justificar sua aplicação horizontal de forma direta, inclusive como conteúdo principiológico e moral da relação de emprego, bem como de forma auto-organizada. Verificou-se que os trabalhadores realizam, sob esse argumento, pactuações nas normas coletivas, o que contribui para a efetivação da dignidade do trabalhador.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Rodolfo Anderson Bueno de; MOTTA, Ana Paula Pinheiro. *Função social da empresa como proteção à dignidade da pessoa humana*. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=91a448039265fc4a>. Acesso em: 19 ago. 2014.

ARAÚJO, Eneida Melo Correia de. *As relações de trabalho: uma perspectiva democrática*. São Paulo: Ltr, 2003.

BELTRAMELLI NETO, Silvio. Aplicação dos direitos fundamentais sociais: apontamentos metodológicos. In: MIESSA, Élisson; CORREIA, Henrique (Orgs.). *Estudos aprofundados MPT: ministério público do trabalho*. 2. ed. Salvador: JusPODIVM, 2013.

BORGES, Hélia. MARTINS, André. Migração e Sofrimento Psíquico do Trabalhador da Construção Civil: uma Leitura Psicanalítica. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 129-146, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v14n1/v14n1a08.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2017.

BRAGA, Fernando Gomes. *Migração Interna e Urbanização no Brasil Contemporâneo*: um estudo da Rede de Localidades Centrais do Brasil (1980/2000). Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/abep2006_573.pdf. Acesso em: 24 jun. 2017.

BRANCO, Ana Paula Tauceda. *A colisão de princípios constitucionais no direito do trabalho*. São Paulo: Ltr, 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2000*: migração e deslocamento. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/migracao/tabela_regioes.shtml. Acesso em: 24 jun. 2017.

_____. Secretaria de Governo. *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção*. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/compromissos-nacionais/construcao>. Acesso em: 01 jul. 2017.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Política Nacional de Imigração e Proteção ao(a) Trabalhador(a) Migrante*. Disponível em: http://www2.mte.gov.br/politicamigrante/imigracao_proposta.pdf. Acesso em: 01 jul. 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=249781>. Acesso em: 24 jun. 2017.

_____. *Vamos conhecer o brasil*: migração. Disponível em: <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/migracao-e-deslocamento.html>. Acesso em: 24 jun. 2017.

_____. Consolidação das leis do trabalho. In: AGUIRRE, João Ricardo B.; TÁVORA, Nestor (Coords.). *Vade mecum legislação*. São Paulo: Método, 2014.

_____. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. *Recurso ordinário n. 00693201300310008 DF* (00693-2013-003-10-00-8 RO). Recorrente: Telemont Engenharia de Telecomunicações S/A. Recorrido: Hermogenes Moraes Carneiro. Relator: Desembargador Juiz Francisco Luciano de Azevedo Frota, 02 de julho de 2014. Disponível em: <https://trt-10.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/127068527/recurso-ordinario-ro-693201300310008-df-00693-2013-003-10-00-8-ro/inteiro-teor-127068536>. Acesso em: 30 jun. 2017.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. *Recurso ordinário trabalhista n. 2689020125080000* (TST RO-268-90.2012.5.08.0000). Recorrente: Consórcio Construtor Belo Monte. Recorrido: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada e

Afins do Estado do Pará. Relator: Ministro Mauricio Godinho Delgado. 11 de maio de 2015. Disponível em: <https://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/198005767/recurso-ordinario-trabalhista-ro-2689020125080000/inteiro-teor-198005784#>. Acesso em: 30 jun. 2017.

CASTRO, Cristina Moreno de; BRITO, Adriano. Obras do Rodoanel deixam 'órfãos' na região do ABC. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 jul. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2407201101.htm>. Acesso em: 10 out. 2017.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. A eficácia dos direitos fundamentais sociais. *Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União*, Brasília, v. 8, p. 151-161, 2003. Disponível em: http://boletimcientifico.escola.mpu.mp.br/boletins/boletim-cientifico-n.-8-2013-julho-setembro-de-2003/a-eficacia-dos-direitos-fundamentais-sociais/at_download/file. Acesso em: 19 ago. 2014.

COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. A construção da masculinidade e a banalidade do mal: outros aspectos do trabalho escravo contemporâneo. *Cadernos Pagu*, [s.l.], n. 31, p. 173-198, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332008000200009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 jul. 2017.

CARVALHO, Alexander Perazo Nunes de; LIMA, Renata Albuquerque. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais. *Opinião Jurídica*, [s.l.], a. 13, n. 17, p. 11-23, jan./dez. 2015. Disponível em: <http://periodicos.unichristus.edu.br/index.php/opiniaojuridica/article/view/469>. Acesso em: 20 jun. 2017.

CUTTI, Dirceu; BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho; PEREIRA, José Carlos (Orgs.). *Migração, trabalho e cidadania*. São Paulo: EDUC, 2016.

DUARTE, Daniele Almeida; LUZIO, Cristina Amélia. (Des) Territorialidade: caminhos percorridos por trabalhadores sujeitos ao processo migratório interno e sua relação subjetiva com o trabalho. In: FÓRUM TRABALHO E SAÚDE, 3., 2011, Londrina. *Anais*, Londrina, n. 8, mai. 2011. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/danielealmeidaduarteecristinaamelialuzio.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2017.

DUARTE JUNIOR, João Francisco. *O sentido dos sentidos: a educação (do) sensível*. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000211363>. Acesso em: fev. 2017.

FERRAJOLI, Luigi. Por uma carta dos bens fundamentais. *Sequência*, [s.l.], n. 60, p. 35, jul. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2010v31n60p29/15066>. Acesso em: 30 jun. 2017.

GONÇALVES, Alfredo José. Migrações internas: evoluções e desafios. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300014. Acesso em: 30 jun. 2017.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais na relação de emprego. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, [s.l.], n. 17, p. 36, jan./jun. 2011.

Disponível em: [http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-17/RBDC-17-033-](http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-17/RBDC-17-033-Artigo_Carlos_Henrique_Bezerra_Leite_(Eficacia_Horizontal_dos_Direitos_Fundamentais_na_relacao_de_Emprego).pdf)

Artigo_Carlos_Henrique_Bezerra_Leite_(Eficacia_Horizontal_dos_Direitos_Fundamentais_na_relacao_de_Emprego).pdf. Acesso em: 01 jun. 2017.

MONTEBHURRUN, Nitish. *Manual de metodologia jurídica: técnicas para argumentar em textos jurídicos*. São Paulo: Saraiva, 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção n. 97*. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/node/523>. Acesso em: 01 jul. 2017.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. *Proteção jurídica à saúde do trabalhador*. 5. ed. São Paulo: Ltr, 2010.

ONG REPORTER BRASIL. Relatora da ONU defende que Brasil ratifique convenção sobre trabalhadores migrantes. *Blog Repórter Brasil*, 9 nov. 2012. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2012/11/relatora-da-onu-defende-que-brasil-ratifique-convencao-sobre-trabalhadores-migrantes/>. Acesso em: 01 jul. 2017.

PACHECO, André Aroeira. *Usina de belo monte: o licenciamento ambiental no Brasil precisa ser levado a sério*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/550351-usina-de-belo-monte-o-licenciamento-ambiental-no-brasil-precisa-ser-levado-a-serio-entrevista-especial-com-andre-aroeira-pacheco>. Acesso em: 10 out. 2017.

RIBEIRO, Aline; REDONDO, Felipe. Os nômades de belo monte. *Época*. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI247824-15223,00.html>. Acesso em: 10 out. 2017.

ROMITA, Arion Sayão. *Direitos Fundamentais nas Relações de Trabalho*. São Paulo: Ltr, 2005.

SARMENTO, Daniel; GOMES, Fábio Rodrigues. A eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares: o caso das relações de trabalho. *JusLaboris, revista do TST*, [s.l.], v. 44, n. 4, p. 60-101, out./dez. 2011. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/1939/28342>. Acesso em: 01 jul. 2017

SINTRAPAV. *Acordo coletivo de trabalho 2015/2016*. Disponível em: <http://www.sintrapav.org.br/convencoes/>. Acesso em: 01 jul. 2017.

TAVARES, André Ramos. *Direito constitucional econômico*. 2. ed. São Paulo: Método, 2006.